



ATA Nº 12/2020

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2021, reuniu-se por videoconferência, para a quarta reunião da quinta sessão ordinária 2020, a Assembleia Municipal de Espinho presidida pela primeira secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e Rosa Martins de Freitas Duarte com a seguinte ordem de trabalhos:

10. Deliberar sobre propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
11. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal;
12. Aprovar as atas 5/2020, 6/2020, 7/2020 e 8/2020;
13. Tomar conhecimento da Informação Económica e Financeira do Município de Espinho - 1º Relatório Semestral 2020

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Joaquim José Pinto Moreira.

Foi verificada a presença dos membros Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ricardo Bastos Sousa, Maria Susana Gomes de Castro Valente, João Oliveira Passos, José Maria Pereira de Carvalho e Sá, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães, António Manuel Pinto de Oliveira, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António José Nunes Teixeira Lopes, Jorge Eduardo da Nave Pina, João Paulo Sobral do Couto Silva Carapeto, José Adolfo Carvalho Rocha, António José Borges Regedor, Henrique José Pedro Cierco, Jorge Manuel de Oliveira Carvalho, António Manuel de Sousa Andrade e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição da Presidente da Assembleia Municipal Maria Filomena Maia Gomes por Isabel Maria Pinhal Resende e dos membros Diogo dos Santos Pedrosa por Carlos Manuel Cardoso Loureiro.

Pelas 21.30 horas, verificado o quórum, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício declarou aberta a reunião.

Pedi a palavra o vogal João Passos (PSD) para um ponto de ordem, referindo que o edital que recebeu, para a 1ª sessão ordinária de fevereiro, não mencionava a forma como os cidadãos podiam aceder à reunião e ainda a forma como podiam, querendo,

intervir, acrescentando que não era apenas uma irregularidade, mas também, uma nulidade da convocatória, por tratar-se de uma formalidade essencial.

Presidente da Mesa em exercício respondeu que o link para assistir à reunião foi publicitado no portal do município, mas, efetivamente, por lapso, não foi mencionada a forma como os cidadãos se podiam inscrever.

Ouvido o plenário sobre a forma como poderia ser sanada aquela questão, a Mesa da Assembleia Municipal decidiu dar sem efeito o edital para a sessão de fevereiro 2021, informando que seria elaborado novo edital e convocada nova assembleia.

Passou-se ao ponto 10 com os seguintes documentos:

António Regedor (PMG): "Plantas invasoras: Assistimos cada vez mais à presença de plantas invasoras no nosso Concelho. São plantas nativas em outros habitats, onde vivem em equilíbrio com a flora local, mas que trazidas para outros locais têm uma reprodução muito rápida e provocam grandes alterações dos ecossistemas onde se instalam. As alterações que produzem podem situar-se ao nível da saúde pública, do sistema hídrico, do regime de fogo e das cadeias alimentares em competição com as espécies nativas. Constituem-se numa das maiores ameaças ao equilíbrio ambiental e económico. Calcula-se que 8% das plantas exóticas se tornam invasoras. E o sucesso do seu combate depende da deteção precoce e de respostas rápidas para travar a sua expansão. Numa fase precoce ainda é possível a sua erradicação e com redução de custos. As autarquias deverão investir em recursos humanos formados ou formá-los de modo a identificar precocemente as plantas invasoras. Igualmente importante é o envolvimento da comunidade, através da formação de grupos de cidadãos já organizados ou não para a erradicação das invasoras quer pela deteção quer pela ação precoce. Como exemplo é apresentada uma lista de algumas plantas invasoras observadas, em 2018, na Lagoa de Paramos: Erva- das-Pampas (*Cortaderia selloana*)- largamente espalhadas pelo concelho; Avoadinhas (*Conyza ssp.*); Botões- de- latão (*Cotula coronopifolia*); Crocósia (*Crococsmia x crocosmiiflora*); Chorão-da-praia (*Carpobrotus edulis*); Acácia-de-espigas (*Acacia longifolia*); Cana (*Arundo donax*). A Assembleia Municipal de Espinho reunida em Dezembro de 2020 recomenda: 1. Medidas de deteção precoce e combate às invasoras no território do Concelho e nomeadamente nas zonas de maior valor ambiental e de relevante importância para a economia local como seja a praia, a lagoa de Paramos e os cursos de água que atravessam o Concelho. 2. Que seja feita formação específica nesta matéria em



recursos humanos do município. 3. Que seja feita uma campanha pública de deteção e eliminação das plantas exóticas invasoras. 4. Que seja elaborado um plano de intervenção de deteção e ação voluntária com as associações e os cidadãos que adiram a esta campanha a dinamizar pela Câmara.”

João Passos (PSD) disse que a opinião do Sr. Vogal era legítima, mas pensava que não devia aprovar uma recomendação de trabalho a quem, tanto quanto tinha conhecimento, sabia fazer o seu trabalho, pelo que o PSD votaria contra.

António Regedor (PMG) referiu que não era sua intenção dizer que a Câmara Municipal não tivesse quadros para aquela questão, mas era notório que as infestantes vinham a alastrar e que não era de desaproveitar o trabalho colaborativo com associações, sendo que o que lhe importava era dotar a Câmara com melhores ferramentas, com mais apoios e com mais eficácia e eficiência no combate às invasoras que eram cada vez mais visíveis

Presidente JF Espinho referiu que a Junta de Freguesia, no último mês, para além de ter retirado o canavial junto ao rio, removeu milhares de chorões junto ao parque de estacionamento do Rio Largo, pelo que estava a fazer a parte do trabalho que lhe competia

António Regedor (PMG) referiu que sabia que já tinham sido feitas intervenções, o que provava que o combate às infestantes era necessário, dando mérito ao Presidente da Junta de Espinho pela sua realização.

Presidente JF Paramos disse que votaria a favor, embora tivesse consciência que seria muito difícil pôr em prática a recomendação porque existiam espécies, difíceis de erradicar. Referiu que, quando da requalificação da Lagoa de Paramos, foram removidas todas as ervas das pampas, que ressurgiram posteriormente, e que o mesmo aconteceu com as acácias na zona do aeroclube e com os chorões removidos há cerca de três anos. Acrescentou que existiam trabalhos que só podiam ser feitos através da Agência Portuguesa do Ambiente ou por delegação de competências. Reconhecia que era um trabalho a efetuar continuamente.

Teixeira Lopes (PS) disse que a recomendação refletia a importância do equilíbrio ecológico no concelho em zona percorridas por milhares de pessoas. Acrescentou que, com a presente recomendação, o trabalho efetuado com as linhas de água que já tinham sido despoluídas, podia voltar a ser efetuado.

Presidente CME referiu que a Câmara Municipal estava atenta aqueles fenómenos que eram de difícil combate, tendo já sido feitas diversas ações. Acrescentou que não se combatiam com panaceias e com medidas casuísticas e minimalistas, mas com intervenções de fundo que a Câmara Municipal, desde há muitos anos, encetou, sendo uma delas, a construção dos passadiços que eram um defesa do cordão dunar e um impedimento ao crescimento do chorão da praia, e outra a requalificação da lagoa de Paramos que permitiu limpar o seu fundo e combater o avanço das plantas invasoras. Disse que apoiariam todo o tipo de iniciativas, recorrendo também aos parceiros privados, associações ambientalistas e outros que os queiram ajudar naquele combate.

Jorge Carvalho (CDU) disse que votaria a favor da recomendação

Votação: aprovada com 16 votos a favor e 9 votos contra

Jorge Carvalho (CDU): "Recomendação (Saúde dos Espinhenses): A crise sanitária causada pelo vírus SARS-CoV 2 veio pôr a nu diversas fragilidades do nosso SNS e condenar o desinvestimento de que foi vítima nas últimas décadas. Para além da falta de meios que a situação de crise tem vindo a revelar, o argumentário político que tem vindo a ser adoptado e defendido pelo Poder Central para o SNS cai por terra nesta prática de emergência que vivemos. É o caso da argumentação para a recusa a Espinho da abertura de uma Urgência Básica no espaço ainda livre do nosso Hospital, assim como o inaceitável encerramento do posto de Saúde da Marinha de Silvalde. Nesta altura de crise sanitária COVID-19 e numa época de facultações à população da vacina da gripe e, esperemos que num futuro muito próximo, da vacina contra o SARS-CoV 2, poderemos imaginar a imperiosa necessidade de recuperar para Espinho o que lhe foi retirado. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 3 de dezembro de 2020, recomenda à Câmara Municipal de Espinho: 1 – a reabertura efectiva do Posto de Saúde da Marinha de Silvalde – já anunciada sem efeitos práticos – e o seu realinhamento nas unidades de prestação de cuidados de saúde de proximidade aos espinhenses; 2 – a máxima pressão sobre os organismos de saúde, nomeadamente sobre a Administração Regional de Saúde e Ministério da Saúde, no sentido de corresponderem com a (re)abertura de uma Urgência Básica no Hospital de Espinho à lógica óbvia, imposta pela crise COVID-19, aliviando a pressão sobre as urgências dos hospitais de Gaia e da Feira e aproximando o SNS à população de Espinho."



João Passos (PSD) disse que concordavam com a recomendação e conheciam bem os esforços que tinham sido desenvolvidas pela Câmara Municipal, nomeadamente para a reabertura efetiva do Posto de Saúde da Marinha de Silvalde, acrescentando que votariam favoravelmente.

João Carapeto (PS) disse que votariam favoravelmente, contudo, relativamente à parte expositiva da recomendação referiu que vinha atrasada, não apenas relativamente ao dia 3 de dezembro, mas relativamente ao país porque, desde o orçamento de estado para 2020, o PS propusera conjuntamente com os seus parceiros na Assembleia da República, uma melhoria efetiva do serviço nacional de saúde, com a contratação de mais de 5 mil profissionais de saúde, criação e instalação de novas USF, uma aposta na contratualização pública e diminuição forte no “outsourcing” privado, redução ou eliminação das taxas moderadoras e que, em 2021, o esforço continuou. Acrescentou que, entre 2015 e 2019, entraram perto de 21,5 mil pessoas para os quadros do SNS e uma aposta num regresso à base do SNS, de prestação por entidades essencialmente de base pública e com recurso à prata da casa. Disse ainda que, no que tocava ao nível local, era urgente a votação e principalmente que a Câmara Municipal seguisse aquela recomendação. Referiu que, no JN de dezembro de 2020, o Vice-presidente da CM referiu que disponibilizava para a reabertura dos cuidados de saúde da Marinha de Silvalde cerca de 70 mil euros, e que, de acordo com aquele artigo, eram contrapartida para que se pudessem lá instalar serviços administrativos e de enfermagem. Fez notar que não era disso que a população da Marinha precisava, mas sim de cuidados médicos efetivos e que era necessário que a Câmara Municipal se sentisse instada a preocupar-se com a saúde daquela população.

João Passos (PSD) disse que presenciou algumas reuniões com a ARS sobre a situação da extensão de saúde da Marinha e que o vice-presidente da Câmara Municipal disponibilizou tudo o que a ARS pediu, mas, por razão que desconheciam, a ARS resolveu não dar início ao processo. Sobre o facto do PS ter investido imenso no SNS, referiu que as estatísticas mostravam que o investimento no SNS era, atualmente, inferior a 2015, sendo que não bastava apenas fazer inscrição de verba no orçamento de Estado, mas era preciso executar. Disse que, em 2020, emigraram tantos enfermeiros como a média dos anos da troika e que o SNS terminara o ano com menos de cerca de 800 médicos ao seu serviço. Recordou que o fecho das urgências do Hospital de Espinho foi decidido pelo PS, com uma Câmara PS. Acrescentou que

concordavam que a população da Marinha precisava de melhores cuidados de saúde, sendo que era o PS que mandava, que era Governo, portanto, que fizessem por isso.

Teixeira Lopes (PS) referiu que a recomendação reivindicava única e exclusivamente a reabertura do Posto de Saúde, de modo a satisfazer a população de Silvalde, sobretudo a da Marinha, para a prestação de cuidados fundamentais de saúde e também a reativação da urgência básica no Hospital, o que seria muito positivo para resolver alguns dos problemas das populações não ligados à pandemia, atendendo ao facto dos hospitais estarem assoberbados. Relativamente aos problemas com o SNS, dos médicos e dos enfermeiros, deixava-os para outra oportunidade, ou até para a Assembleia da República.

Presidente da Câmara Municipal disse que estavam a viver uma das maiores crises sanitárias de que havia memória e que, à boleia daquela recomendação, era o momento certo, para dar uma nota pública de enorme agradecimento e reconhecimento a todos os profissionais de saúde e a todos os colaboradores do SNS. Manifestou a sua total concordância para com a recomendação que ia no seguimento de projeto de resolução aprovado por todos os partidos políticos com assento na Assembleia da República, mas ao qual o Governo não deu seguimento. Fez notar que as competências na área da saúde não cabiam à Câmara Municipal, sendo que ainda estavam na esfera do Governo e, na nossa área geográfica, por via da ARS Norte, sendo que era para lá que devia ser dirigida. Solicitou ao proponente do documento a inclusão do envio para o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho.

Jorge Carvalho (CDU) disse que nada tinha a opor à sugestão apresentada pelo Presidente da Câmara para acrescentar a entidade em questão.

Votação: aprovada por unanimidade

Henrique Cierco: "Recomendação – Urbanismo: Constituição de um piquete técnico de reparação urbanística: Espinho é uma excelente cidade para se viver. Esta afirmação é incontestável. O progresso e a modernização que as cidades vêm assistindo de uma maneira em geral e em Espinho, no presente momento, com a execução simultânea de tantas obras e reparações, revela algumas ameaças e fraquezas ao nível do urbanismo e da sua higiene, exigindo uma atenção redobrada a toda a renovação urbana. O que se recomenda ao executivo municipal é a possibilidade de se avançar com o estabelecimento de um piquete permanente de "urgências", onde o munícipe



pode alertar para uma diversidade de situações de risco como por exemplo: um buraco no asfalto ou num passeio, uma avaria na iluminação pública, uma sarjeta entupida ou um eletrodoméstico abandonado na rua, aparafusar uma papeleira, endireitar um sinal de trânsito, lixo nos jardins, entre outros. A constituição de um tal serviço tem a mais-valia de se agir rapidamente e resolver situações, por vezes de emergência. Promove igualmente a participação dos cidadãos que passam a referenciar problemas que assistem e que podem assim, ajudar a solucionar. A Assembleia Municipal de Espinho reunida na sua 5ª sessão ordinária, agendada para o dia 03 de dezembro de 2020, recomenda ao executivo municipal a constituição de um piquete técnico de reparação urbanístico para desta forma resolver situações de caráter de urgência.”

Jorge Pina (PS) referiu que votaria contra o documento porque tinham de ter em atenção as obras que estavam a decorrer. Que a Câmara não precisaria de um piquete, mas de milhares para satisfazer as necessidades, tendo de montar um piquete em cada esquina o que seria impossível porque a Câmara não tinha disponibilidade financeira nem pessoal suficiente, para além de que alguns daqueles serviços eram competência de outras entidades.

João Passos (PSD) disse que o PSD, em tempos, fez uma proposta idêntica, sendo que a Câmara era socialista e que, então, também votaram contra. Disse que julgava que alguns daqueles serviços já estavam em prática, mas considerava que não fazia mal nenhum reforçar a ideia.

João Carapeto (PS) disse que o vogal Henrique Cierco, nas questões de fundo, que de facto lesavam a cidade, colocava-se sistematicamente ao lado do PSD contra a cidade e contra o município e, naquelas questões pequeninas, tentava passar a imagem que estava muito preocupado. Por outro lado, a recomendação demonstrava quanto o vogal estava ainda numa lógica dos anos 90, pedindo um portal de queixa para o município de Espinho, quando atualmente, as autarquias procuravam uma intervenção cidadã pela positiva, pediam sugestões, alternativas para ajudá-las a trabalhar melhor. Votaria contra

Jorge Carvalho (CDU) disse que votaria a favor porque estava em causa não um serviço instantâneo que resolvesse num dia os milhares de problemas que existiam em Espinho, mas a existência de um piquete cuja tarefa fosse responder aos apelos da população, sendo que existiam muitas queixas e muitas vezes não eram atendidas

pela Câmara Municipal, pelo que seria mais um instrumento que poderia favorecer os espinhenses.

António Andrade (BE) referiu que muitos dos serviços focados na recomendação não faziam sentido, como por exemplo a iluminação pública que era competência da EDP, mas concordava que existiam pequenas intervenções momentâneas necessárias e que podiam ser reparadas de imediato, pelo que votaria favoravelmente.

Votação: aprovada com 17 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções, não tendo sido possível obter a votação do vogal José Adolfo Carvalho Rocha

Declarações de Voto:

Jorge Pina (PS): "Votei contra porque, em primeiro lugar, reitero o que referi acerca da inocuidade desta recomendação e em segundo lugar e no meu entender, não é através dos Facebook nem deste tipo de intervenções que as pessoas equilibram a sua dignidade".

O vogal Teixeira Lopes ficou de enviar declaração de voto por escrito, contudo a mesma não foi apresentada.

António Regedor (PMG): "Recomendação: 1. As podas resultam sempre numa agressão, mais ou menos intensa, o que imporá, por si só, a necessidade de grande critério na sua decisão e aplicação. 2. A necessidade de poda impõe-se apenas esporadicamente e não deve, nunca, constituir rotina de manutenção. 3. O arvoredo no Concelho de Espinho deverá ser alvo de uma gestão extremamente criteriosa e consciente. 4. Frequentemente, vamo-nos deparando com cenários em que as árvores "decapitadas" assumem um aspeto totalmente desconfigurado e disfuncional. 5. Interessará recordar que, quando sujeita a podas demasiado intensas (quer em volume de material retirado como dimensão dos cortes aplicados) a resposta da árvore será, ano após ano, mais fraca. A Primavera traz uma rebentação abundante, mas de vigor apenas aparente. 6. Por razões de segurança e uma vez aplicada qualquer poda demasiado intensa e debilitante, a solução passará pela tentativa de reestruturação das copas 7. A decisão de uma qualquer poda obedece a critérios específicos, que se se devem orientar. A Assembleia Municipal de Espinho reunida em 3 de Dezembro de 2020 recomenda que a decisão de qualquer poda obedeça a critérios específicos, que se se devem orientar por: 1ª Sanidade e segurança da árvore; 2ª Manutenção do equilíbrio entre a natureza da espécie em utilização e o enquadramento urbano desejado; 3ª Questões relacionadas com o estilo



arquitetónico-paisagista adotado. 4º As intervenções devem limitar-se: - A eliminar partes da copa em decomposição e em risco de quebra e queda, acautelando os consequentes perigos para bens e pessoas. - os casos das intervenções que afastam do contacto com edifícios, postes de iluminação, fios de comunicações, espaços de circulação viária ou ramos em crescimento mais conflituoso. -Sempre em respeito da forma e estrutura naturais à árvore.”

João Carapeto (PS) disse que, sem prejuízo de votar a favor do documento, fazia notar que lamentava que o PMG tivesse trazido medidas sectoriais não tendo uma visão global da cidade e do município. Disse que falar de podas de arvores era pouco e era absolutamente necessário que discutissem o que se queria para a cidade em termos de mancha arbórea e mancha de descarbonização. Disse que, na rua 22 continuava o arboricídio que em Espinho se praticava de uma forma completamente leviana e desregulada relativamente às necessidades ambientais. Referiu ainda que o documento pecava por não discutir a política do betão, do paralelo que a Câmara Municipal seguia sistematicamente e ainda que, quando se tinha as políticas ambientais do município divididas por dois vereadores, significava que o ambiente não devia ser assim tão importante.

Jorge Pina (PS) disse que tinha conhecimento da grande falta de mão de obra qualificada que existia naquele tipo de trabalho e muitas vezes as questões não eram devidamente acarinhadas pelo Ministério do Ambiente. Procedeu à leitura de um trecho do livro “Pedra Ainda Espera Dar Flores” do escritor Raul Brandão e apelou à consciência de cada um.

António Regedor (PMG) referiu que concordava que era necessário haver uma discussão sobre política de coberto vegetal no concelho, mas noutra moção, noutra discussão, acrescentando que mesmo que o discutissem, de nada adiantaria se não existisse um critério nas podas. Que era um assunto de tal modo crucial que, não fazer aquele alerta para melhorar o procedimento, era perder imenso tempo, continuando-se a cometer erros que deviam ser evitados.

João Passos (PSD) perguntou se o vogal António Regedor considerava que a Câmara Municipal de Espinho não dispunha de técnicos suficientemente competentes e de orientações eficazes para saberem o que andavam a fazer. Estavam a discutir se os leigos deviam ou não dizer a pessoas, com formação na área, o procedimento que deviam seguir, pelo que considerava que era uma recomendação que não se

justificava. Perguntou ainda a quem se dirigia o documento apresentado, uma vez que não constava da recomendação.

António Regedor (PMG) referiu que se o vogal João Passos tivesse oportunidade de passar pelas ruas de Espinho, verificaria que o modelo de podas era diferente de rua para rua, quando não era diferente de árvore para árvore. Disse que, pelo que se via, tudo levava a crer que a Câmara Municipal não tinha técnicos competentes, ou, se os tinha, não os usava, ou se os usava, quem fazia as podas não lhes obedecia. Disse ainda que muitas das podas não eram efetuadas pelos serviços da Câmara, mas por empresas e acrescentou que a recomendação era dirigida à Câmara Municipal, embora, por lapso, não tenha sido expresso.

Presidente CME disse que, pelo que ouvia dos técnicos, as podas tinham de ser diversificadas de árvore para árvore, referindo ainda que a recomendação deveria ser dirigida às Juntas de Freguesia, por ser matéria nelas delegada, embora os técnicos da Câmara estivessem a colaborar com as Juntas de Freguesia no trabalho. Disse que, na Rua 22, procedeu-se ao corte por representar um perigo para os transeuntes, para as crianças da escola e também por ser necessário dotar a escola de estacionamento por forma a permitir aos pais a recolha das crianças. Disse que tem visto muitos autarcas julgados e condenados por árvores que caíam em cima das pessoas e que punham em causa a integridade física e até a vida das pessoas e que se isso viesse a acontecer na escola Espinho 2, gostaria de saber qual seria a responsabilidade que os vogais, e até, o Ministério Público, lhe assacariam.

João Carapeto (PS) protestou porque o Presidente da Câmara, ao confessar que a sua preocupação era a sua responsabilidade criminal e lugares de estacionamento para os pais deixarem as crianças, estava a dizer que nada foi feito para tentar melhorar as condições de segurança e de saúde daquelas árvores, concluindo-se que muito mal ia o cuidado ambiental na cidade.

José Teixeira (JF Silvalde) referiu que, pelo processo de descentralização de competências, as podas foram entregues às Juntas de Freguesia. Disse que o documento apresentado fazia todo o sentido, porque, durante décadas, tinham sido cometidos erros no parque arbóreo. Disse que em Silvalde estavam em sintonia com aquelas causas e que os Presidentes de Junta tiveram uma reunião com a técnica da Câmara Municipal para discutirem aquela questão e para elaboração de um plano futuro. Referiu que o tipo de árvores existentes não condizia com o meio ambiente,



nem todas podiam ser podadas da mesma forma. Acrescentou que por serem de grande porte, muitas vezes, ocultavam a iluminação pública, prejudicando a segurança e que algumas, por um bem maior, tinham de ser sacrificadas. Citou a título de exemplo, os ramos dos choupos enormes existentes na Rua 20, na zona industrial, que subiam para cima dos candeeiros e que não podiam ficar a retirar iluminação pública.

António Regedor (PMG) disse que existiam situações em que as podas foram tão mal feitas repetitivamente, que, atualmente, a recuperação era difícil e que era o momento certo para, em conjunto, refletirem e elaborarem um guia orientador do tipo de podas a efetuar.

João Passos (PSD) felicitou a intervenção do Presidente da JF de Silvalde e fez notar que, quando o Presidente da Junta de Freguesia referiu que, por vezes, era preciso sacrificar uma árvore em prol de um bem maior, não notou nas expressões dos vogais do PS qualquer indignação com o assunto, o que o levava a crer que derrubar e decapitar arvores só era arboricídio quando efetuado pelo executivo PSD. Referiu ainda que, uma vez que aquele serviço foi delegado nas Juntas de Freguesia, talvez fosse melhor retirar o documento e apresentá-lo às freguesias, uma vez que, não tendo a competência, não via como a Câmara poderia seguir a recomendação.

João Carapeto (PS) protestou dizendo que arboricídio era sempre arboricídio, independentemente de ser feito por executivo PS ou PSD, mas o que talvez fosse diferente era a consciência sobre o meio ambiente que existia em determinados momentos e a consciência de que algumas pessoas iam evoluindo e percebiam que, há 15 anos atrás, deitar uma árvore abaixo na cidade era um erro e atualmente era, da mesma maneira, um erro. Referiu que a questão fundamental era perceber se, atualmente, deitar uma árvore abaixo, com a consciência ambiental necessária para uma cidade que estava profundamente desaproveitada para fins de descarbonização, para as questões do meio ambiente e principalmente quando as razões para deitar arvores abaixo eram as invocadas pelo Presidente da Câmara Municipal na sua intervenção de há momentos.

José Teixeira (JF Silvalde) disse que arboricídio era um abate de centenas de arvores e que uma poda não era um abate de árvores e que era lamentável aquele paralelismo de ideias, dado que o parque arbóreo era um património da cidade.

Jorge Pina (PS) protestou dizendo que não reconhecia ao vogal João Passos qualidades de caricaturista, mas que se quisesse jogar ping-pong com ele, utilizando o caricaturismo para a política, devolver-lhe-ia a bola para que a metesse no saco que quisesse.

João Passos (PSD) contra protestou e lembrou que, na sua intervenção anterior, começou por felicitar o Presidente da JF de Silvalde e que, depois, se limitou a constatar factos, sendo que, na verdade, viviam com a indignação constante dos vogais do PS pelo abatimento de árvores, mas parecia que ninguém se indignava com o abatimento de árvores no executivo socialista. Disse ainda que as pessoas, independentemente do seu partido, tinham opiniões diferentes e isso era democracia. Referiu que, no PSD não tinham duas caras, não podiam aceitar que o vogal João Carapeto se indignasse e dissesse que era um arboricídio quanto o Presidente da Câmara Municipal expunha as suas razões, lembrando que, em parte, eram os técnicos que tomavam as decisões sobre se as árvores deviam ser abatidas ou substituídas, mas que não se indignava, quando o Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde referiu que uma das suas principais preocupações era a segurança das pessoas e bens. Perguntou quem achavam que seria responsabilizado se, na zona de Silvalde, acontecesse que um ramo caísse na cabeça de alguém.

António Regedor (PMG) disse que teve o cuidado de ter feito uma recomendação que não queria encontrar culpados, mas que partisse de uma situação de desconforto na cidade para que fosse corrigido algo que não tinha sido tão bem feito, de encontrar consenso para tratamento do coberto arbóreo no futuro. Disse que a recomendação era dirigida à Câmara porque era uma competência da Câmara que estava, temporariamente, delegada nas freguesias, mas não deixava de ser uma responsabilidade da Câmara, sendo que a sua orientação era também muito importante.

João Carapeto (PS) disse que conhecia suficientemente bem o que movia o seu camarada José Teixeira na sua ação política para ter a certeza absoluta de que, em momento nenhum, seria o medo de tomar decisões ou do Ministério Público, que o fariam tomar uma decisão ou dar uma ordem aos serviços, mas sim e apenas, e sempre e só, o efetivo interesses dos fregueses de Silvalde e que o interesse maior dos fregueses de Silvalde seria, na medida do possível, sempre preservar a mancha arbórea, melhorá-la, defendê-la para que as nossas crianças, jovens, adultos e velhos pudessem beneficiar dela como mereciam. Disse que o problema de cair um ramo em



cima da cabeça de alguém nunca se colocaria porque o Presidente da JF de Silvalde nunca deixaria de estar em cima das situações para que o perigo nunca acontecesse, nunca se fecharia em casa num momento de pandemia ou de medo, nunca deixaria de estar próximo das populações, nunca deixaria de estar preocupado com os efetivos problemas dos seus fregueses.

Manuel Dias (JF Paramos) disse que, pela Lei da descentralização, a responsabilidade passou para as freguesias e que há muitos anos que defendia a integração dos verdes na Junta de Freguesia de Paramos, pelo que não era verdade que a Câmara empurrou o serviço para as Juntas. Referiu que considerava que as freguesias, pela sua proximidade, faziam, nalguns aspetos, um trabalho melhor do que a Câmara. Disse que a recomendação devia ser objetiva no sentido de recomendar à Câmara e às Juntas de Freguesia que organizassem um programa, um processo, um estudo, no sentido de uma verdadeira poda em relação às árvores, ao seu estilo e características. Disse que pela discussão feita, abster-se ia na votação.

Nuno Almeida (JF Anta e Guetim) disse que o Presidente da Junta de Silvalde não referiu ter havido um arboricida na Rua 20, tendo o vogal João Passos interpretado mal as suas palavras, sendo que apenas referiu que tinha sido efetuada uma poda naquele local. Disse que considerava que devia existir uma uniformização de critérios definidos pela Câmara Municipal para a mancha arbórea, porque os Presidentes das Juntas de Freguesia mudavam, bem como as empresas que efetuavam o serviço. Referiu ainda que a competência delegada e as respetivas verbas eram para executar a tarefa, não para contratação de engenheiros ambientais, e que o Presidente da Câmara não podia, agora, sacudir a responsabilidade para as Juntas de Freguesia.

Presidente CME fez notar que, na sua anterior intervenção, não referiu que a Câmara Municipal endossara a responsabilidade para as Juntas de Freguesia, mas que se transferiram as competências. Disse ainda que a Câmara Municipal encomendou à Universidade de Aveiro, a elaboração de um plano ambiental para todo o concelho que continha uma componente relativa às árvores. Referiu que a Câmara Municipal sabia agir estrategicamente, lembrando que em 2010 fez um master plano para a cidade e estava a executá-lo.

Votação: aprovado com 13 votos a favor, 9 votos contra e 2 abstenções, não tendo sido possível obter a votação do Presidente da JF de Espinho.

Ponto 11: Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal

Jorge Pina (PS) perguntou em que situação estava o empreendimento previsto executar a sul de Espinho.

António Regedor (PMG) perguntou quando seria reparado o piso na Avenida 24 com a Rua 23, dado nunca ter sido repostado como inicialmente existia antes de alterado para as corridas de kart, uma vez que existiam infiltrações de água para as caves do prédio habitacional ali situado.

Presidente CME respondeu que foi aprovado, em reunião de Câmara, um pedido de informação prévia para atribuir o carácter estratégico a um determinado investimento privado, que teve os pareceres favoráveis de todas as entidades consultadas, sendo que seria objeto de discussão pública, findo o qual, seria enviado para a Assembleia Municipal. Acrescentou que era um mecanismo previsto nos artigos 92º a 94º do PDM.

Respondendo ao vogal Antonio Regedor referiu que foi intervencionado apenas o cruzamento da avenida 24 com a rua 23 e que não tinha conhecimento de alguma reclamação, mas que iria averiguar o assunto mais em pormenor, concordando que o piso estava a necessitar de regularização, a qual esperavam fazer mal as condições climatéricas assim o permitissem, com a homologação das Infraestruturas de Portugal, dado ser estrada nacional.

Ponto 12: Aprovação das atas 5/2020, 6/2020, 7/2020 e 8/2020.

As atas foram aprovadas por unanimidade, tendo participado na votação apenas os membros que estiveram presentes nas reuniões a que se reportam as atas em apreciação.

Ponto 13: Tomar conhecimento da Informação Económica e Financeira do Município de Espinho - 1º Relatório Semestral 2020

Não houve questões sobre este ponto.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após sua leitura pelo Presidente da Assembleia em exercício. Não havendo intervenções por parte do público, a reunião foi dada por encerrada.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPINHO



Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal em exercício e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal em exercício,

A Funcionária Municipal,
